

A resposta internacional aos conflitos no Sudão

Publicação: [O Mundo em Português Nº59](#)

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Autor: Carlos Veloso

A atenção que o mundo actualmente dedica a Darfur obscurece a real compreensão de uma variedade de conflitos, uns activos, outros adormecidos, que definem a crise no Sudão, o maior país africano.

O Sudão é um país extremamente complexo – geográfica, étnica, religiosa, social e economicamente. É um dos países menos desenvolvidos, com baixos rendimentos, deficiências alimentares e conflitos civis. As suas condições confrangedoras reflectem-se em diversos indicadores sócio-económicos: ocupa o lugar 138 no Índice de Desenvolvimento Humano, tem uma taxa de analfabetismo de 41.2% no escalão etário dos maiores de 15 anos e 17% das crianças com menos de 5 anos estão subnutridas.

A guerra civil no Sudão, que durou mais de uma geração, causou 2 milhões de vítimas mortais e mais de 4 milhões de deslocados. O conflito foi um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento económico e social, apesar da descoberta de petróleo, em 1978. Quando parecia que o conflito Norte/Sul se encaminhava para uma solução pacífica – formalizada no Acordo de Paz de Naivasha, em Janeiro de 2005 – surgiu um novo conflito em Darfur, em 2003, que se intensificou em 2004 e 2005. O conflito de Darfur já causou 400 mil mortos e 17 milhões de deslocados.

O acordo de paz de Janeiro de 2005, entre o Norte e o Sul, foi visto por alguns observadores como um acontecimento fulcral para a criação de um ambiente mais pacífico e propício à resolução do problema de Darfur, para aliviar as tensões no Leste e para criar condições para um desenvolvimento económico sustentável. O prudente optimismo inicial está gradualmente a ser substituído pelo cepticismo. O panorama regional (Eritreia, Etiópia, Chade e Líbia), dada a sua influência histórica e geopolítica, é igualmente um elemento fundamental para a análise da actual situação no Sudão.

A situação em Darfur tem potencial para degenerar num conflito ainda mais violento, agravando a crise humanitária. Persistem os riscos de explosão, de relançamento de antigos e de surgimento de novos conflitos (áreas de transição, Sul, Leste), com as expectativas em relação aos dividendos da paz a exacerbar as tensões, enquanto

muitos actores locais ainda têm que ser enquadrados no processo de paz, e, se esse for o caso, desarmados e desmobilizados. As tensões entre os diferentes grupos acrescentam um elemento importante de objectivos camuflados, com expectativas indefinidas e uma crescente frustração.

Com a assinatura do acordo de paz, o sul do Sudão entrou numa nova e delicada fase de transição, com elevadas expectativas em relação a dividendos de paz imediatos, tanto nos grupos civis como políticos.

A passagem da guerra para a paz coloca a liderança do Sul sob uma enorme pressão. A rápida criação de uma administração civil num território vasto, subdesenvolvido e extremamente carente, que garanta o início, ou a extensão, de serviços públicos básicos e a criação de infra-estruturas numa grande zona do sul do Sudão, é uma tarefa que exige uma liderança coesa, objectivos claros, perspectivas de longo prazo, e a capacidade de utilização de recursos humanos e financeiros. Encontrar os recursos humanos necessários para o funcionamento da administração será, em si mesmo, um desafio imenso. Uma parte, pelo menos, dos funcionários serve actualmente em aquartelamentos e pode regressar ao Norte, com o conseqüente risco de ruptura dos parques serviços sociais agora disponíveis. É preciso, assim, analisar cuidadosamente, e agir em conformidade, as dinâmicas ligadas à transferência de autoridade e, de forma geral, à governação.

Neste contexto, a visão mais comum aponta para que a situação, nos próximos 6 a 9 meses, permaneça frágil e volátil, com uma instabilidade latente. O processo interno de partilha de poder, e a procura de dividendos de paz tangíveis, pode ser enfraquecido por lutas de poder e por clivagens dentro do SPLM. Por outro lado, devem continuar a existir conflitos e incidentes localizados, eventualmente afectando o regresso de deslocados internos e de refugiados. A presença de grupos armados e milícias, ainda não enquadrados em processos de desarmamento, desmobilização e reintegração, continuará a ser um elemento de instabilidade e conflito, e nessa medida, constitui uma ameaça ao processo de paz. Outra questão que merece particular atenção são as tensões e as dinâmicas nos países vizinhos, potenciais rastilhos para novos fluxos de refugiados, particularmente a Eritreia e a Etiópia. Finalmente, a instalação das tropas da missão da ONU terá certamente um impacto positivo em todo este contexto, se bem que ainda não seja possível determiná-lo com exactidão.

A necessidade de assistência humanitária continua a ser uma realidade – aliás, a melhoria da situação no terreno poderá permitir uma análise mais apurada das vulnerabilidades e necessidades e revelar que estas são maiores do que aparentam –

e é provável que aumente com as melhorias dos acessos. Em termos de prevenção, será necessário, inter alia, que permaneça activo um sistema rápido e consistente de resposta humanitária e que as posições de retirada se mantenham, tal como a eficiência operacional de centros logísticos fundamentais. Igualmente importante é assegurar que o movimento de regresso das populações é monitorizado de forma eficiente e que as antigas cidades de aquartelamento e outras áreas de potenciais regressos estão preparadas para receber um fluxo crescente de deslocados, que poderá exceder com facilidade as capacidades de assistência humanitária actuais. Paradoxalmente, a nova administração emergente poderá constituir, num primeiro momento, um obstáculo – mais do que um facilitador – à entrega da ajuda.

O elevado nível de conflito localizado e de instabilidade nas Áreas de Transição (ATs) (Abyei, Nilo Azul, Montes Nuba e Khordofan do Sul) deve-se a uma combinação de tensões tradicionais inter-étnicas e inter-clãs relativamente a recursos escassos, minorias e, mais importante ainda, à actividade de milícias armadas, frequentemente usadas como actores de guerra por procuração, em especial nos estados do sul e do Nilo Azul superior. A presença destas milícias, para as quais ainda não foram elaborados planos concretos de desarmamento, desmobilização e reintegração, constitui um elemento desestabilizador e um constante factor de risco na região.

A fragilidade dos Acordos de Paz nas ATs espelha a tensão que permeia toda a região e a dificuldade de ultrapassar as divisões e polarizações políticas, militares e sociais existentes. Os efeitos da irregularidade das chuvas e a baixa produção agrícola da época anterior, têm colocado os meios de subsistência da população, já de si debilitada, sob grande pressão. Durante o período de fome, entre Maio e Outubro, emergiram novamente na região dos Montes Nuba bolsas de pessoas atingidas. Além disso, se as condições em Darfur se deteriorarem ainda mais, Bahr el Ghazal e Kordofan do Sul poderão registar fluxos populacionais vindos daquela região.

Espera-se que os vários conflitos localizados nas Áreas de Transição continuem, dado que os protocolos acordados em 2004 só muito parcialmente os resolveram. Há também o risco de o conflito reemergir nesses locais e se disseminar para outras regiões se nenhum acordo final produzir rapidamente um dividendo de paz.

A ONU está a aumentar gradualmente a sua presença nas ATs, de início através das agências humanitárias, de forma a fornecer ajuda de emergência quando é possível e necessária. Numa fase posterior a presença de peacekeepers poderá ser um importante elemento estabilizador. Entretanto, algumas operações humanitárias têm sido desencadeadas na região de Nuba. Contudo, as quase duas décadas de conflito,

violência e instabilidade contínuas devastaram a cintura transitória, trazendo extrema pobreza e violação dos direitos humanos, incluindo agressões físicas, violência sexual, separação forçada de famílias, assim como a pilhagem de bens e a colecta informal de impostos. São bem reais a extrema fragilidade da segurança alimentar, o acesso muito limitado a água potável e ao saneamento e os elevados níveis de malnutrição. Os indicadores de saúde são assustadores, incluindo o alto nível da taxa de mortalidade abaixo dos cinco anos de idade, no norte do Sudão. Mas num cenário como este, a intervenção humanitária tem sido obstruída pela restrição do acesso – quando não há impedimento total – durante longos períodos de tempo.

Não se espera que a situação melhore tão cedo. No terreno, os factores de risco permanecem activos, com potencial para reacendimentos súbitos, violência renovada e deslocação da população, que poderá afectar regiões de acesso limitado ou sem qualquer acesso.

Os três estados de Darfur, comumente conhecidos como o grande Darfur, têm sido negligenciados pelo governo central, o que se reflecte na mediocridade dos serviços sociais e das infra-estruturas. Não obstante, esta área do país, de tamanho equivalente ao da França, com uma população de cerca de 6 milhões de pessoas a viver em condições climáticas inóspitas, desenvolveu ao longo dos séculos mecanismos sociais e económicos de sobrevivência.

Em Darfur, o conflito propagou-se nos últimos dois anos através dos três estados. Apesar dos diferentes acordos assinados entre o governo e o SLA/M e o FEM, o conflito aumentou de intensidade e a insegurança levou à deslocação de vários milhões de pessoas. Os meios de subsistência entraram em ruptura na sequência da diminuição da produção agrícola, dos sistemáticos roubos de gado, da interrupção dos padrões migratórios e das rotas comerciais, assim como do regresso de deslocados internos.

Os tradicionais movimentos nómadas foram também interrompidos, o que levou ao pasto excessivo das manadas em locais com recursos aquíferos insuficientes, que resultou em condições de seca. Os combates impediram quer a exportação tradicional de camelos para os mercados vizinhos, quer a venda de gado dentro e fora de Darfur, fazendo diminuir dramaticamente o poder de compra das populações pastoris. Além do mais, a colheita de 2004 foi limitada pela falta de acesso dos agricultores às suas terras. Uma análise recente do índice de pluviosidade e de vegetação indicou uma extensiva insuficiência agrícola no norte de Darfur e uma insuficiente produção agrícola nas regiões norte do Darfur ocidental.

As razões mais directas deste conflito podem encontrar-se na marginalização sócio-económica e na exclusão das negociações Norte/Sul sobre o autogoverno e a partilha de poderes. A engenharia e a manipulação sistemática das divisões étnicas, usadas em grande escala ao longo da história sudanesa, agravaram as condições de vida no Darfur, esvaziando as zonas rurais e deixando os deslocados ao cuidado da assistência humanitária.

A situação no Darfur, tal como no resto do Sudão, não vai ser resolvida com intervenções humanitárias maciças ou com mega-programas de reconstrução e desenvolvimento, ou pela presença das forças da União Africana e das Nações Unidas. Estes são instrumentos que poderão dar tempo aos actores sudaneses para reflectir e desenvolver uma vontade genuína e confiança para resolver as causas profundas dos diferentes conflitos.

Um compromisso com os direitos humanos, o estabelecimento de políticas sociais e económicas claras para todos os sudaneses e menos políticas etnocêntricas para resolver problemas políticos são passos que os sudaneses terão que dar para que produzam algum impacto numa sociedade bastante céptica.